



Instituto de Previdência Social do Município de Machados
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021
ANEXO X
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
0-Contribuições (Subtotal)	126.978,04	464.989,29	475.511,01	0,00	0,00	0,00	116.456,32
Contribuições – IR	95.085,00	68.348,16	78.445,78	0,00	0,00	0,00	88.985,38
Contribuições - ISS	250,00	0,00	857,00	0,00	0,00	0,00	607,00
Contribuições – Outras	31.643,04	391.459,01	391.026,31	0,00	0,00	0,00	320.774,74
Contribuições Pensões Alimentícias	0,00	5.182,12	5.181,92	0,00	0,00	0,00	20,20
Total	126.978,04	464.989,29	475.511,01	0,00	0,00	0,00	116.456,32

Documento Assinado Digitalmente por: LUCIANO DE PAULA FILHO
Acesse em: <https://etce.tcpe.rj.gov.br/validador/validador.jspx>
CPF: 051.150.170-00
Assinatura: JOSE CRISTOVAM DA SILVA FILHO
ID do documento: 5296e8e2-6d95-42c9-a247-21891c1ff817d



Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXERCÍCIO: 2021

a) Informações gerais

a.1. Nome da entidade

Regime Proprio de Previdência do Municipio de Machados
CNPJ: 08.660.689/0001-92

a.2. Domicílio da entidade

Rua Manoel João, 23
Centro, Machados – PE
CEP: 55.740-000

a.3. Dados do gestor

Nome: Luciano Elpidio Costa
Cargo: Gerente de Previdência
Período de Gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021

a.4. Dados do contador responsável

Nome: José Cristóvam da Silva Filho
CRC-PE nº 025898/O-0
E-mail: cristovam-filho@acpublica.com.br

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade:

O Regime Proprio de Previdência do Municipio de Machados concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 115 - 5 – Fundação Pública de Direito Público Municipal, possui como atividade principal “Seguridade Social Obrigatória”. Tem por objetivo a administração dos recursos Previdenciário dos Servidores efetivos, além da concessão dos benefícios previdenciários previstos na sua instituidora.

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a



Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXERCÍCIO: 2021

contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Consolidação das demonstração contábeis abrangendo:

Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Regime Próprio de Previdência Social.

b) Resumo das políticas contábeis significativas:

b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018, Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publico.

b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentaria detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, deduções da receita corrente, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e déficit. Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.

b.3. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com art.35 da Lei no 4.320/64, e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentarias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas



Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

EXERCÍCIO: 2021

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas na demonstração da dívida flutuante.

b.5. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto as demonstrações da dívida flutuante.

b.6. Aspectos relevantes sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nos demonstrativos consolidados da administração direta e indireta do município estão compreendidos os seguintes órgãos e entidades:

Regime Proprio de Previdência do Município de Machados

c) Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

c.1. Outras informações relevantes:

c.2. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não foram reconhecidos no exercício, passivos contingentes nem compromissos contratuais.

c.3. Divulgações não financeira

Não há informações a serem apresentadas neste campo.

c.4. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há informações a serem prestadas ou reconhecidas que possam afetar a compreensão do usuário no presente ou em operações futuras.

c.5. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não foram realizados ajustes de exercícios anteriores em contas de consignados, visto que, os saldos registrados apresentavam a real situação de tais contas.

c.6. Restos a pagar processados e não processados

Não houve Restos a pagar processados e não processados

c.7. Depósitos e Consignações

Consignações IRRF para o exercício de 2022 totalizaram R\$ 30.373,48.

Consignações Impostos e Contribuições Diversas para o exercício de 2022 totalizaram R\$ 54.613,90.

Consignações ISS para o exercício de 2022 totalizaram R\$ -607,00.

Consignações Banco do Brasil para o exercício de 2022 totalizaram R\$ 1.915,59.

Outros Consignatários para o exercício de 2022 totalizaram R\$ 30.160,15

Pensão Alimentícia para o exercício de 2022 totalizaram R\$ 0,20.

Saldo para o exercício seguinte é de R\$ 116.456,32.



Nota Explicativa

(DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA LEI Nº 4.320/64 - MCASP)
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.
EXERCÍCIO: 2021

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo Atual
		Inscrição	Baixas	
0-Consigações	126.978,04	464.989,29	475.511,01	116.456,32
Consigações – IR	95.085,00	68.348,16	78.445,78	84.987,38
000003 IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	40.471,10	68.348,16	78.445,78	30.373,48
000008 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	54.613,90	0,00	0,00	54.613,90
Consigações - ISS	250,00	0,00	857,00	(607,00)
000005 ISSQN	250,00	0,00	857,00	(607,00)
Consigações – Outras	31.643,04	391.459,01	391.026,31	32.075,74
000001 EMPRESTIMOS CONSIGNADO BB	1.482,89	391.459,01	391.026,31	1.915,59
000006 OUTROS CONSIGNATÁRIOS	30.160,15	0,00	0,00	30.160,15
Consigações Pensões Alimentícias	0,00	5.182,12	5.181,92	0,20
000004 PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	5.182,12	5.181,92	0,20
Total Geral	126.978,04	464.989,29	475.511,01	116.456,32

d) Saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa, que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

Inexiste valores em caixa e equivalentes sujeito a restrições e controle cambial.

e) informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvem uso de caixa.

Inexiste investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Apresentação e estruturação dos demonstrativos contábeis

Esta demonstração contábil foi elaborada com observância aos princípios contábeis vigentes, às convenções e os procedimentos específicos aplicados pela entidade em sua apresentação. Adotou o regime contábil da competência no trato com as despesas e o regime de caixa para as receitas, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/64 e seus anexos. Requisitos mínimos das Notas Explicativas do Balanço Orçamentário da Res. TC nº 153/2021.

LUCIANO ELPIDIO COSTA
GERENTE DE PREVIDÊNCIA

JOSÉ CRISTÓVAM DA SILVA FILHO
Contador
CRC-PE nº 025898/O-0